Artigo 12.º

Limites de intervenção

1 — O Provedor Municipal aprecia as reclamações, sem poder decisório, dirigindo aos órgãos municipais competentes as recomendações necessárias para prevenir e resolver as falhas detectadas.

2 — O Provedor Municipal não tem competência para anular, revogar ou modificar quaisquer tipos de actos das entidades referidas no artigo 1.º e a sua intervenção não suspende o decurso de prazos, designadamente os de reclamações, recursos hierárquicos e contenciosos.

Artigo 13.º

Gabinete do Provedor Municipal

1 — Para o desempenho das suas funções, o Provedor Municipal dispõe de serviços de apoio técnico e administrativo próprios, cabendo à Câmara Municipal dotá-los dos meios humanos e logísticos necessários, por sua solicitação.

2 — No orçamento da Câmara Municipal deverão ser previstas verbas para a prossecução das funções do Provedor Municipal e respectivos serviços de apoio.

Artigo 14.º

Omissões

As situações não contempladas no presente Regulamento serão resolvidas, caso a caso, por deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 15.º

Entrada em vigor

Este Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

23 de Junho de 2005. — O Vice-Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes*.

CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

Aviso n.º 5333/2005 (2.ª série) — AP. — Para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 139.º do Decreto-Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e por despacho exarado em 1 de Junho de 2005, procedeu-se à renovação do contrato de trabalho a termo certo, na categoria de condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, por um período de seis meses, com início em 16 de Julho de 2005 e termo em 15 de Janeiro de 2006, com José de Jesus Barroso. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

1 de Junho de 2005. — O Presidente da Câmara, *Álvaro José Cachucho Rocha*.

Aviso n.º 5334/2005 (2.ª série) — AP. — *Contratos de trabalho a termo resolutivo para dois lugares da carreira de técnico superior, categoria de técnico superior de De 2.ª classe de história, para a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, pelo prazo de um ano.* — Para os efeitos previstos do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que esta Câmara celebrou dois contratos de trabalho a termo resolutivo, por urgente conveniência de serviço, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, pelo prazo de um ano, com início em 1 de Julho de 2005 e termo em 30 de Junho de 2006, com:

Adalgisa Patrícia Mendes Leitão Dias.
Pedro Miguel Canitos Rego da Silva.

[Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

1 de Julho de 2005. — O Presidente da Câmara, *Álvaro José Cachucho Rocha*.

Aviso n.º 5335/2005 (2.ª série) — AP. — *Contrato de trabalho a termo resolutivo para um lugar da categoria de engenheiro técnico de De 2.ª classe (bacharelato em biotecnologia), para a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, pelo prazo de um ano.* — Para os efeitos previstos do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que esta Câmara celebrou um contrato de trabalho a termo resolutivo, por urgente conveniência de serviço, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, pelo prazo de um ano, com início em 1 de Julho de 2005 e termo em 30 de Junho de 2006, com Ana Cristina Costa Nunes Pedro. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

1 de Julho de 2005. — O Presidente da Câmara, *Álvaro José Cachucho Rocha*.

Aviso n.º 5336/2005 (2.ª série) — AP. — *Contratos de trabalho a termo resolutivo para cinco lugares da carreira/categoria de técnico superior de organização e gestão de De 2.ª classe, para a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, pelo prazo de um ano.* — Para os efeitos previstos do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que esta Câmara celebrou cinco contratos de trabalho a termo resolutivo, por urgente conveniência de serviço, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, pelo prazo de um ano, com início em 1 de Julho de 2005 e termo em 30 de Junho de 2006, com:

Carla Sofia Batista dos Santos.
Dora Patrícia Anacleto Domingues Fernandinho.
Raquel Alexandra Ferreira Tavares.
Sílvia Pires Nogueira.
Sónia Sofia Simões Nunes.

[Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

1 de Julho de 2005. — O Presidente da Câmara, *Álvaro José Cachucho Rocha*.

Aviso n.º 5337/2005 (2.ª série) — AP. — *Contratos de trabalho a termo resolutivo para cinco lugares da carreira/categoria de auxiliar de serviços gerais, para a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, pelo prazo de um ano.* — Para os efeitos previstos do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que esta Câmara celebrou cinco contratos de trabalho a termo resolutivo, por urgente conveniência de serviço, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, pelo prazo de um ano, com início em 1 de Julho de 2005 e termo em 30 de Junho de 2006, com:

José António Correia Marques.
João José Campos Tiago Lourenço.
Manuel Correia dos Santos.
Ana Cristina Carvalho Ferreira.
Francisco Ventura Reis.

[Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

1 de Julho de 2005. — O Presidente da Câmara, *Álvaro José Cachucho Rocha*.

CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

Aviso n.º 5338/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho proferido a 9 de Junho de 2005, foram renovados os contratos de trabalho a termo certo, celebrados entre o município de Leiria e os indivíduos abaixo

mencionados, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho:

Alexandra Margarida Almeida Rodrigues Marques Ferreira — técnica superior de recursos humanos de De 2.ª classe, pelo prazo de um ano, com efeitos a 1 de Agosto de 2005.

Cláudia Catarina de Sousa Almeida — técnica superior de recursos humanos de De 2.ª classe, pelo prazo de um ano, com efeitos a 1 de Agosto de 2005.

Marco Paulo Marques Ribeiro — especialista de informática do grau 2 nível 1, pelo prazo de um ano, com efeitos a 15 de Julho de 2005.

28 de Junho de 2005. — Pela Presidente da Câmara, (*Assinatura ilegível.*)

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Aviso n.º 5339/2005 (2.ª série) — AP. — *Rescisão de contrato de trabalho a termo resolutivo certo.* — Por despacho de 9 de Junho de 2005 do vereador da área de Gestão de Recursos Humanos, foi autorizada a rescisão de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, do técnico superior de De 2.ª classe (jurista), Bruno Miguel Martins Loureiro, a partir de 10 de Junho de 2005.

1 de Junho de 2005. — O Chefe de Divisão, *Pedro Costa.*

CÂMARA MUNICIPAL DE MACHICO

Aviso n.º 5340/2005 (2.ª série) — AP. — Torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 29 de Abril de 2005, foi rescindido o contrato a termo certo com Cláudio Virgílio Santos Nóbrega, que exercia as funções de técnico superior de De 2.ª classe, engenheiro do ambiente, com efeitos a partir do dia 2 de Maio de 2005. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Junho de 2005. — O Presidente da Câmara, *Emanuel Sabino Vieira Gomes.*

Aviso n.º 5341/2005 (2.ª série) — AP. — Torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 2 de Junho de 2005, foi rescindido o contrato a termo certo com Luís Filipe de Alves Fernandes Nicolau, que exercia as funções de chefe de armazém, com efeitos a partir do dia 6 de Junho de 2005. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Junho de 2005. — O Presidente da Câmara, *Emanuel Sabino Vieira Gomes.*

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

Aviso n.º 5342/2005 (2.ª série) — AP. — Para cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 44/85, de 3 de Setembro, torna-se público que o Regulamento da Macroestrutura Organizacional da Câmara Municipal da Maia, o consequente organigrama e o respectivo quadro de pessoal, anexos a este aviso, foram aprovados pelo executivo municipal na sua reunião ordinária que teve lugar no dia 18 de Maio de 2005, e homologados pela Assembleia Municipal da Maia na 2.ª reunião da 3.ª sessão ordinária realizada no dia 13 do corrente mês de Junho.

22 de Junho de 2005. — O Presidente da Câmara, *António Gonçalves Bragança Fernandes.*

Regulamento da Macroestrutura Organizacional da Câmara Municipal da Maia

CAPÍTULO I

Princípios gerais de organização

Artigo 1.º

Atribuições

A Câmara Municipal da Maia e os seus serviços prosseguem, nos termos e das formas previstos na lei, fins de interesse público

municipal, tendo como objectivo primeiro das suas actividades, a melhoria das condições gerais de vida, de actividade, de trabalho, de bem-estar, de lazer, e de recreação da população do concelho.

Artigo 2.º

Princípios gerais da organização administrativa municipal

Para além do respeito pelos princípios gerais de organização e actividade administrativas, na prossecução das suas atribuições, a Câmara Municipal da Maia observa, em especial, os seguintes princípios de organização:

- Da administração aberta, permitindo e incentivando a participação dos munícipes através do permanente conhecimento dos processos que lhes digam respeito e das formas de associação às decisões consentidas por lei;
- Da eficácia, visando a melhor e mais ajustada aplicação dos meios disponíveis para a prossecução do interesse público municipal;
- Da coordenação dos serviços e da racionalização dos circuitos administrativos, visando observar a necessária articulação entre as diferentes unidades orgânicas, e tendo em vista dar celeridade e integral execução às deliberações e decisões dos órgãos do município;
- Do respeito pela cadeia hierárquica, impondo que nos processos administrativos de preparação das decisões participem os titulares dos cargos de direcção e de chefia, sem prejuízo da necessária celeridade, eficiência e eficácia;
- Da desburocratização, por forma a aproximar os serviços das populações e assegurar a celeridade, a economia e a eficiência das suas decisões.

Artigo 3.º

Desconcentração de decisões

1 — A delegação de competências é a forma privilegiada de desconcentração de decisões.

2 — Os dirigentes dos serviços exercem os poderes que lhes forem delegados nos termos admitidos na lei e nas formas aí previstas.

Artigo 4.º

Dever de informação

1 — Todos os funcionários têm o dever de conhecer as decisões e deliberações tomadas pelos órgãos do município, nos assuntos que respeitem às competências das unidades orgânicas em que se integram.

2 — Compete, em especial, aos titulares dos cargos de direcção e de chefia estabelecer as formas mais adequadas de dar publicidade às deliberações e decisões dos órgãos do município, por forma a habilitar todos os funcionários para o cumprimento do dever definido no n.º 1 do presente artigo.

Artigo 5.º

Organização dos serviços e departamentos

Cada serviço e cada departamento elaborará o normativo de funcionamento interno, a aprovar pela Câmara Municipal, pelo presidente da Câmara ou pelo vereador com delegação de poderes para o efeito, onde se farão constar, designadamente, a distribuição interna das respectivas tarefas, bem como o modo de as concretizar com vista à eficiência e eficácia organizacionais.

CAPÍTULO II

Orgânica

SECÇÃO I

Serviços de assessoria e operativos na dependência directa do presidente da Câmara

Artigo 6.º

Tipologia de serviços

1 — Constituem serviços da Câmara Municipal da Maia, os serviços de assessoria e os serviços operativos.